

In MARGARIDA MIRANDA, *A Ratio Studiorum e o desenvolvimento de uma cultura escolar na Europa moderna*, 2011

Após uma primeira fase de experimentação, teve início a longa elaboração (de mais de meio século) que conduziu à edição definitiva da Ratio Studiorum (1599). O resultado final foi de uma eficácia operativa nunca antes conhecida. É certo que nem tudo era inovação. Durante a sua experiência universitária em Paris, os primeiros Jesuítas tinham convivido com as práticas do *modus parisiensis*, que configuravam a organização didática da Ratio. Do programa escolar dos humanistas italianos, e os mestres tinham tomado a opção pelo saber humanístico, com a centralidade dos estudos de humanidades e retórica.

Na verdade, os autores da Ratio não criavam o novo documento a partir do nada. **Reuniam de forma sistemática e coerente o que de melhor e mais eficaz conheciam na sua época**: um sistema de regras práticas que garantia a qualidade do ensino, mesmo que tivessem de recorrer a professores de talentos mais modestos.

Sobre a **finalidade dos estudos** na Companhia lê-se, na primeira das “Regras para o Provincial”: todos [mover] ao conhecimento e amor de nosso Criador e Redentor (Ratio I. 1). Este é o objetivo repetidamente enunciado ao longo da Ratio. Tendo em conta, porém, que o caminho para o conhecimento do Criador deveria percorrer também o conhecimento das suas criaturas, os Jesuítas consideravam que uma condição para a excelência da educação seria o ensino das artes *humaniores*. Além disso, se a finalidade era alcançar a todos, o ensino deveria ser gratuito. Em muitas cidades da Europa, tal oferta não tinha qualquer precedente. A instrução escolar continuava a ser privilégio de uma elite muito restrita. A gratuidade do ensino abria as portas dos colégios a todas as classes sociais: não apenas aos que viriam a ser futuros clérigos, mas também aos leigos, desejosos de progredir no saber humanístico.

De facto, a experiência jesuítica de ensino foi também, de certo modo, uma experiência de democratização do ensino “*avant la lettre*”, e constituiu para muitos a oportunidade de ascender na escala social. Numa ética de feição humanística, o *studium*, o talento e o trabalho haviam-se tornado a forma mais alta de dignificação humana e de acesso à *uirtus*, a única capaz de competir com os privilégios de nascimento. Os colégios proporcionavam, portanto, a todos (religiosos e leigos, com ou sem privilégios sociais) a nova forma de dignificação humana que era a formação intelectual (Ratio XII, 9 e XV, 50).

A Retórica, coroamento dos saberes

O programa escolar era um programa interdisciplinar. O curriculum de estudos não desprezava as letras humanas e as artes liberais. Pelo contrário, erguia-as à qualidade de estudos superiores, na classe de Retórica, uma retórica não já encarada como técnica, mas como **integração dos saberes e**

princípio unificador de cultura – este é um dos maiores distintivos do programa que os colégios exerciam sobre a configuração intelectual dos seus destinatários.

Pouco reconhecidos nos meios acadêmicos tradicionais, os estudos humanísticos eram então exaltados por desenvolverem a mente e o corpo, por conduzirem a um grau superior de virtude e de sabedoria e, acima de tudo, por constituírem a verdadeira preparação para uma vida cívica ativa. Entre as disciplinas fundamentais, ocupavam lugar de maior relevo a **história**, a **filosofia moral** e a **eloquência**, pois todas pertenciam à *civilis scientia* ou à *rerum ciuilium scientia*, isto é, à '**ciência política**'. Esta é a ideologia subjacente a todos os tratados humanísticos de pedagogia: os laços entre eloquência e vida política; a importância do novo curriculum humanístico para o desenvolvimento da cultura, para a formação do carácter e principalmente a preparação para a vida cívica.

O programa de educação da Ratio percorria não apenas as **línguas**, os **estudos literários** e a **retórica** mas também o **teatro**, a **historiografia**, a **geografia** e a **filosofia** da tradição pagã, preenchendo assim o primeiro dos ciclos de estudos, designado como Humanidades. Nesta designação, ecoa o termo latino *humanitas* correspondente à noção grega de paideia, ou seja, *humanitas* entendida como cultura humanística, referindo-se simultaneamente à formação humana integral e ao processo que a ela conduzia. Por isso, o ciclo de Humanidades, que incluía o estudo da língua, literatura, poesia, história, geografia e retórica, combinava-se, por sua vez, com o estudo da **matemática**, **lógica**, **ética**, **filosofia** e **ciências naturais**, no ciclo das Artes.

Formação completa era, para humanistas e para jesuítas, a via para o desenvolvimento intelectual e moral do indivíduo.

Um Curriculum interdisciplinar

Alguns traços.

Em primeiro lugar, saber humanístico e interdisciplinar não omitia, como vimos, o estudo de matérias científicas, como a biologia, a física, a astronomia, a geografia, a meteorologia, a matemática.

Em segundo lugar, quanto essa interdisciplinaridade e unidade de saber contradiz a atual tendência para a fragmentação dos saberes é o preço que tivemos de pagar pela especialização científica de que somos herdeiros.

Em terceiro lugar, importa acentuar quanto a leitura dos clássicos pagãos trazia a este modelo de educação o primado da palavra (a palavra falada e a palavra escrita) – um instrumento ao serviço do objetivo comum de oradores leigos e de pregadores eclesiásticos, cuja intervenção cívica consistiria em 'comunicar'.

Litterae et virtus: letras humanas e formação do carácter

Se na era da imagem em que vivemos o primado da palavra é um dos aspetos que mais nos separa deste modelo de educação, não menos nos separa a clara eleição de valores éticos. Ao contrário dos modelos educacionais alegadamente “neutros” de ideologia mais laicista, a Ratio esclarece desde logo mestres e alunos sobre os objetivos da sua proposta educativa: *[Educar] os moços que foram confiados à formação da Companhia de Jesus, de forma que eles possam ir aprendendo, juntamente com as letras, também os costumes cristãos.* (Ratio, xv.1).

O capítulo XXIV, das Regras para os alunos externos à Companhia, afirma-o de modo ainda mais assertivo, na regra nº1: *Doctrina pietati iungenda (piedade unida ao saber): Aqueles que frequentam os colégios da Companhia de Jesus para receberem instrução saibam que (...) cuidaremos tanto da sua formação nas artes liberais como na piedade e nas restantes virtudes.*

O programa da Ratio mostra ser um programa com claros valores éticos e religiosos, de acordo, aliás, com o consenso do seu tempo. As letras humanas não podiam alhear-se da formação do carácter; a formação do carácter, por sua vez, obedecia a uma antropologia cristã, que via na instrução literária a mais proveitosa aliada.

Cooperação com a cultura contemporânea

Desta atmosfera intelectual podemos dizer que resulta um certo sentido de cooperação com a cultura contemporânea. Se o ensino da Ratio se destinava a clérigos e leigos, se o seu curriculum sustentava a compatibilidade das matérias tradicionais da escolástica com as matérias do saber humanístico, não era porque de algum modo visse nos textos pagãos uma concessão inócua à sociedade do seu tempo, mas antes uma porta para a renovação do saber. Por isso, os mestres em breve começaram a produzir as suas próprias publicações, fruto da sua atividade docente.

Às bibliotecas dos colégios acrescentaram-se então **oficinas de imprensa**, e depois **laboratórios**, **museus**, **observatórios astronómicos**, **teatros** e **salas de espetáculo**, onde se representavam espetáculos dramáticos, musicais e bailados que atraíam toda a sociedade. Os colégios eram não só lugares de ensino, como instituições de grande importância cívica, que não teriam a mesma expressão se pertencessem apenas à esfera eclesiástica.

Traços do *modus parisiensis*: ordem e exercício

Unificação de saberes e formação humana integral não significavam, porém, organização aleatória. Do primado da palavra decorria uma pedagogia específica, que se exprimia num conjunto de práticas codificadas na Ratio. Práticas para nós tão óbvias como a divisão em classes (cada uma com o seu mestre, de acordo com níveis de aprendizagem), a própria observância do princípio da ordem na progressão entre classes, um sistema eficaz de emulação (entre classes, entre pequenos grupos dentro da mesma classe e entre pares de alunos), ou a ordenação das matérias por graus de dificuldade eram estratégias que só agora passavam à escrita e se convertiam em cânone.

Do *modus parisiensis* vinha também o sentido da importância do exercício, ou seja, de uma **apropriação pessoal e ativa dos conteúdos das competências**. Por isso a Ratio não legislava só sobre a *praelectio* do professor (Ratio V. 20; XV. 27-29, 33; XVI. 6, 13, 15; XVII. 5, 9; XIX. 6,8-9; XX. 6, 8), mas também sobre uma extraordinária variedade de atividades, com que os estudantes assimilavam tudo quanto fora objeto da lição. O que mais se salienta nessas práticas é a ausência de quaisquer preconceitos contra a memória ou contra a repetição; pelo contrário, pressupõe a noção clara de que a aprendizagem é um processo pessoal que envolve mais do que o intelecto, ou a simples percepção. Assim, após a lição magistral do professor (*praelectio*), os exercícios consistiam em repetições orais, composições escritas, declamações, debates, disputas de perguntas e respostas, concursos de poesia e prosa, exposição pública de poesias, e até representações teatrais, ora com a simplicidade de meios da sala de aula, ora com a solenidade dos atos públicos.

Nem no lazer a Ratio perdia uma oportunidade de exercitar os estudantes. Para isso criava as Academias - uma espécie de clubes em que a produção literária era estimulada entre os melhores alunos, como forma de recreio e de distinção acadêmica. A atividade prática constante exigida por este modelo de ensino mostra uma sólida concepção de educação, que aliava transmissão e criação de saber ao desenvolvimento pessoal de faculdades como pensamento, imaginação, linguagem, memória e vontade.

A escola como instituição

Passo a passo, foram-se lançando os fundamentos da moderna instituição escolar. Um exemplo é a formalidade que encontramos no sistema de admissão e matrículas dos novos alunos. Cabia ao prefeito de estudos assentar, num livro próprio, *o registo do (...) nome (...) e apelido [do novo aluno admitido], da sua pátria, do nome dos seus pais ou de quem os substituísse (...)*. Recomendava-se ainda que tomasse nota do dia e do ano em que cada um fora admitido e que, por fim, colocasse cada um na classe e com o professor que mais lhe conviesse (XII.10 e 11).

O mesmo cuidado se verifica para com o final e o início de novos períodos escolares. *A promoção geral e solene [entre graus sucessivos] far-se-á uma vez por ano, depois das férias anuais* (XII. 13). Os semestres e os anos correspondem agora a um percurso académico pré- determinado, e não a um conjunto aleatório de matérias e de cursos.

A promoção entre graus sucessivos dependia da realização de um exame sujeito a um conjunto de normas de evidente modernidade, como atestam as recomendações sobre o material necessário para a escrita e sobre a observância do silêncio, a criação de instrumentos de precisão para uma avaliação mais correta (XIII.4), as medidas de precaução contra fraudes e até mesmo o modo como os testes deviam ser identificados, para permitirem a sua ordenação por ordem alfabética. Além dos mecanismos de precaução contra fraudes, o sistema previa ainda outros expedientes que tinham em vista preservar a objetividade da avaliação do júri, como o anonimato das provas, que se obtinha por meio da criação de um código específico para cada candidato.

Perto do final do ano, o professor fornecia informação detalhada sobre o aproveitamento de cada aluno, distinguindo o maior número possível de graus, a saber: *optimus [discipulos], bonos, mediocres, dubios, retinendos, reiiciendos*, isto é, ótimos alunos, bons alunos, alunos medianos, alunos duvidosos, alunos a reter e por último, os casos perdidos – sobre os quais já nada havia a fazer. Tais classificações, traduzidas pelos algarismos 1 a 6, traduziam os diversos graus de dificuldade e permitiam ao sistema desenvolver um ensino diferenciado, de acordo com as necessidades individuais.

O ensino sobre o ensino

O estatuto dos mestres era protegido pela proibição de infligirem castigos corporais aos estudantes, ou mesmo de os ofenderem por qualquer ato ou palavra (XV. 40). Mas a Ratio vai mais longe e procura sobretudo acautelar a qualidade dos seus docentes, não só em matéria de Artes e Teologia, mas sobretudo em matéria de Humanidades.

Mas as exigências de formação dos professores estendiam-se também à preparação para a própria docência. *Para que os professores das classes inferiores não comecem a ensinar sem qualquer tipo de preparação para a docência, o reitor do colégio de onde habitualmente saem os professores de humanidades e gramática designará um professor que seja especialmente competente no ensino. Os que estiverem para ser professores reunirão com ele, três vezes por semana, durante uma hora, no fim dos seus próprios estudos, para se prepararem para o novo ofício que vão receber, exercitando-se, cada um por sua vez, em fazer preleções e ditados, em escrever, fazer correções e desempenhar outras funções próprias do bom professor* (II. 9). Pela primeira vez na história da educação, nascia um organismo destinado a responder à necessidade de preparar os professores para a sua atividade.

O magistério era precedido por um período de exercício do ensino. Passado o período experimental, uma vez em pleno exercício, os professores reuniam ainda periodicamente com o reitor, *para que cada um expusesse as dificuldades suscitadas, ou eventuais casos em que as 'regras' não estivessem sendo observadas* (II.18), sujeitando-se ainda à observação das suas aulas, por parte do prefeito de estudos: *De vez em quando, ao menos uma vez por mês, o prefeito de estudos deverá assistir às aulas dos professores. De tempos a tempos, leia também os apontamentos dos alunos. E se observar ou ouvir dizer algo digno de*

reparo, certifique-se do facto e, com toda a benevolência e amabilidade, chame a atenção do professor...
(III. 17)

A principal obrigação do reitor era no entanto, manter o entusiasmo dos professores. *O reitor terá o cuidado de estimular o entusiasmo dos professores, com diligência e com religiosa afeição...* (II. 20). Supérfluo seria sublinhar a extrema atualidade desta norma.

Conclusões

O ensino preconizado pela Ratio era um ensino não utilitário, não profissionalizante, nem especializado. Ao contrário de muitos sistemas atuais, que sustentam o início mais precoce possível da especialização, a Ratio parece sugerir que quanto mais elevado for o nível em que tem início a especialização, mais efetiva ela será. O seu objetivo era simplesmente **treinar faculdades pessoais, ligadas ao pensamento, ao intelecto, à imaginação, à memória, ao desejo e à vontade, portanto, ao desenvolvimento integral da pessoa**. Para esse treino intelectual, um dos meios mais importantes que os jesuítas elegeram foi o estudo dos clássicos e das humanidades. Sem desprezar o ensino científico, o curriculum clássico era eleito porque, uma vez testado, provava ser o sistema mais apto quer para o desenvolvimento das faculdades, quer para a formação de cidadãos ativos, quer para o acesso ao património espiritual que constituía a cultura geral e os estudos superiores.

Do ponto de vista prático, o modelo da Ratio Studiorum encerra os arquétipos que configuraram a escola moderna, antes mesmo da criação do léxico que haveria de consagrar as suas práticas, como a elaboração de turmas, de pautas e de horários, a criação de instrumentos de precisão na avaliação ou o sistema de classificações, a atividade prática constante e a própria formação de professores para a atividade docente.

Não menos atualidade se encerra no que toca aos princípios orientadores:

- Educação para a excelência;
- Integração dos saberes, que não descure o primado da palavra como expressão das faculdades intelectuais;
- que fomente a aliança entre as humanidades e as ciências como saberes complementares e possa superar a atual tendência para a fragmentação do saber; educação humanística, não só no sentido da *humanitas* de Cícero (que é a própria cultura) e que se traduz no respeito pelo lugar das humanidades no espaço escolar, mas também no sentido do respeito pela dignidade da pessoa humana; formação humana integral (formação humanística e científica, artística e espiritual); e finalmente, clareza de valores éticos, pois as sociedades democráticas vivem de indivíduos educados para o pensamento crítico, para a liberdade e a responsabilidade, para a cooperação cívica, para os valores da justiça e do serviço, para a consciência social (local e universal).

Quanto os estudos humanísticos e as artes liberais desenvolvem nos indivíduos aquelas competências necessárias à sobrevivência das democracias e quanto as atuais democracias carecem das humanidades para superar a crise que atravessam, é assunto de que trata Martha C. Nussbaum, numa obra que intitulou sugestivamente *Not for Profit. Why Democracy needs the Humanities*. A autora considera que a crise das democracias atuais é precisamente uma crise mundial em matéria de educação, crise essa que resulta do descuido dos estudos humanísticos em todos os graus de ensino, em favor de políticas educativas com benefícios económicos diretos. «*Radical changes are occurring in what democratic societies teach the young, and these changes have not been well thought through. Thirsty for national profit, nations, and their systems of education, are heedlessly discarding skills that are needed to keep democracies alive. If this trend continues, nations all over the world will soon be producing generations of useful machines, rather than complete citizens who can think for themselves, criticize tradition, and understand the significance of another person's sufferings and achievements. The future of world's democracy hangs in the balance. What are these radical changes? The humanities and the arts are being cut away, in both primary/secondary and college/university education, in virtually every nation*»

Não é intenção deste estudo sugerir para o século XXI qualquer projeto de educação de tipo revivalista, mas parece-me proveitoso trazer ao debate sobre educação um momento da história do ensino que marcou muitas gerações de homens, e que produziu frutos incontestáveis de cultura e de humanismo, de ciência política e de civismo.